

IMPUGNAÇÃO

Sr. (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Bocaiúva do Sul/PR.

Ref.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO, DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE PRAÇAS E DEMAIS PONTOS PARA OMUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A empresa PROLED BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.957.733/0001-87, com sede na com sede na Rua 13 de Maio, 1217, bloco D, bairro Universitário, Tijucas/SC, CEP 88200-000, Brasil, neste ato representada por seu sócio administrador, Diego Arend Garcia, vem, tempestivamente, conforme permitido no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, à presença de V. Sr (a). apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, face aos motivos que adiante passa a expor e ao final requer.

I – TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é plenamente tempestiva, sendo protocolado o pedido dentro do prazo legal estipulado pelo Edital e embasado pela Lei de Licitações, que determina que seja protocolado em até 3 dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas e habilitação. Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

II – FATOS

A empresa, especializada na fabricação de luminárias públicas em LED e serviços de iluminação pública, detém total capacidade técnica e financeira ao oferecer os produtos necessários ao cumprimento do objeto a ser licitado, encontra-se interessada em participar do referido Pregão. Porém, analisando detalhadamente o edital percebe-se que o presente instrumento convocatório traz exigências conflituosas, as quais limitam a ampla concorrência.

São elas:

Exigência de selo Procel

Exigência de IK09

Da Portaria 62 de 2022 (INMETRO)

A Portaria nº 62/22 do INMETRO é o documento que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luminárias para a Iluminação Pública Viária e determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes a desempenho, segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética do produto.



Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO

PORTARIA Nº 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luminárias para a Iluminação Pública Viária – Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o

As luminárias LED fornecidas no âmbito desta especificação deverão ter sido submetidas ao Programa de Avaliação da Conformidade do Inmetro e atender às determinações contidas na Portaria No 62, de 17 de fevereiro de 2022 - Luminárias para a Iluminação Pública Viária - Consolidado. A comprovação de atendimento à

respectiva Portaria do Inmetro deve acontecer pela apresentação do Certificado de Conformidade, ou documento de mesmo efeito. O documento de origem virtual (disponível para consulta no portal do Inmetro), deverá citar o modelo da luminária ofertada, cujo equipamento deverá ser o mesmo utilizado na simulação luminotécnica, além de coincidir com o modelo citado no catálogo ou na declaração do fabricante. Estes são exemplos, entre outros requisitos técnicos necessários ao fornecimento de um produto de boa qualidade, durabilidade, eficiência e em conformidade com as normas do INMETRO. A não exigência de tais comprovações acarretará em prejuízos aos cofres públicos que poderão estar comprando produto de qualidade inferior, que apresentará vida útil menor de seus componentes, necessitando substituição em curto prazo.

Dito isso, a observância pela Administração Municipal ao exigir em seu edital Luminárias Públicas de LED cumpre as exigências e garante a segurança técnica e jurídica ao ente público, sem necessidade de certificação complementar por órgão privado, como o PROCEL.

Da certificação PROCEL

O presente edital traz a exigência de certificação Procel. Conforme supracitado, a PORTARIA No 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luminárias para a Iluminação Pública Viária, é suficiente para garantir que se cumpram os requisitos obrigatório, referentes a desempenho, segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética do produto, de forma que as luminárias não oferecerem riscos que comprometam a segurança do usuário. A cadeia produtiva de luminárias para a iluminação pública viária fica sujeita à diversas obrigações e responsabilidades já que são submetidas, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

A obtenção do registro no INMETRO é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional. O Selo de Identificação da Conformidade, na forma da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, contém a marcação de selo PROCEL, conforme imagem abaixo:

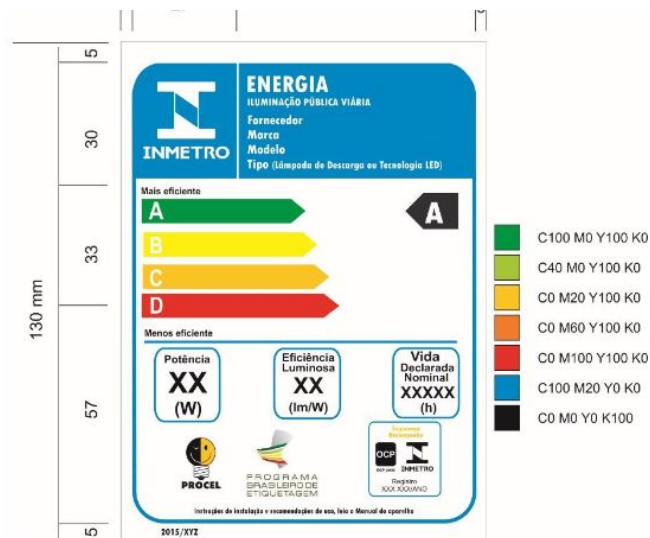


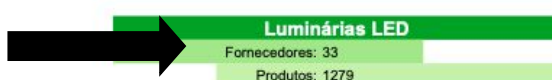
Figura 1 – ENCE para Luminária para Iluminação Pública Viária – Lâmpadas de Descarga e Tecnologia LED

Sendo assim, a comprovação de certificação, ensaios e registro no Inmetro **são suficientes** para comprovar que a Luminária LED **atende a todos os parâmetros técnicos exigidos pela regulamentação** que a norteia.

A certificação Procel é processo diferente, não compulsório, e PRIVADO. Além disso, **não traz vantagem** alguma em relação à qualidade das luminárias que já atendem a todo o processo de certificação INMETRO. A exigência de certificação Procel também **limita abruptamente a ampla concorrência**, já que apenas 33 fornecedores possuem essa certificação.



Encontre o modelo do seu
interesse clicando nos links
abaixo:



Do grau de proteção contra impacto IK09

Os itens Luminárias Públicas LED do presente edital trazem a solicitação de luminárias com **grau de proteção contra impacto IK09**.

A PORTARIA No 62, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luminárias para a Iluminação Pública Viária, dispõe sobre o grau de proteção contra impactos:

“4. REQUISITOS TÉCNICOS PARA LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED

4.1 Requisitos de segurança elétrica

...

4.1.10 As luminárias devem possuir uma resistência aos impactos mecânicos externos a que estão sujeitas nas condições de uso.

4.1.10.1 As luminárias devem apresentar, no mínimo, grau de proteção IK08, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262:2015 (Graus de proteção assegurados pelos invólucros de equipamentos elétricos contra os impactos mecânicos externos (Código IK)).”

A grande maioria dos fabricantes de luminárias LED produzem seus produtos seguindo o que preconiza a PORTARIA No 62/2022, com grau de proteção contra impactos IK08, que é suficiente para garantir a qualidade e segurança de seus produtos.

O edital, ao exigir grau de proteção contra impactos IK09, é exagerado e sem fundamentação técnica, além de restringir abruptamente a ampla concorrência, pois são mínimos os fabricantes que utilizam de IK09.

Vejamos o que diz FROTA, 2019:

“O princípio da competição relaciona-se à competitividade, às cláusulas assecuratórias da igualdade de condições a todos os concorrentes. O inciso do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93 ressalta ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

Dessa forma, qualquer exigência qualitativa ou quantitativa que, de algum modo, sob qualquer ângulo, restrinja a competitividade deve ser rechaçada. Inclusive,

a mera omissão de informações essenciais poderá ensejar a nulidade do certame, como já deliberou o TCU (Acórdão 1556/2007 Plenário).

De forma objetiva, o Edital de licitação deve estabelecer o essencial, necessário ou suficiente para a habilitação e execução contratual.

A ampliação da disputa não significa estabelecer quaisquer condições para a disputa, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade das exigências para uma dada contratação. Não poderá estabelecer tão somente condições genéricas, até por que cada bem e serviço possui a sua peculiaridade. Mas a exigência demasiada, que figure desproporcional, deve ser rechaçada.

O parágrafo único, do art. 5º, do Decreto nº 5.450/05 e o art. 7º do Decreto nº 3.555/00 fazem referência a este princípio. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que perquire a proposta mais vantajosa. No âmago do administrador deve estar arraigado este princípio. Qualquer conduta que restrinja a competitividade, quando possível, é passível de impugnação pelos interessados, inclusive regra de obrigatoria fiscalização pelos órgãos de controle.

O parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, estabelece que as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Logo, o princípio da ampliação da disputa norteia todo o devido processo licitatório, do início ao fim, nas fases interna e externa.” (FROTA, Bruno Mariano ; FROTA, David Augusto Souza Lopes. O princípio da competição ou ampliação da disputa: princípio norteador da elaboração do ato convocatório e de sua interpretação. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5888, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64268>. Acesso em: 4 jul. 2023.)

Sendo assim, tais exigências de PROCEL e IK09 são excessivas e comprometem a ampla concorrência.

A empresa PROLED BRASIL, fabricante certificada pelo INMETRO, habituada a participar de processos licitatórios similares e com experiência no fornecimento destes materiais, demonstra aqui seu embasamento de que o presente instrumento convocatório precisa ser corrigido para que a contratante obtenha produtos de qualidade mantendo e respeitando **as exigências compulsórias do INMETRO, sem a necessidade de complementar com certificação privada (PROCEL) e sem exigências excessivas como o IK09.**

III – CONCLUSÃO

Se faz imprescritível à Administração Pública Municipal corrigir as exigências deste instrumento convocatório, quanto à exigência de certificação Procel e IK09, com o fim de permitir isonomia e ampla concorrência. A referida correção trará ao Município vantagem técnica e econômica, visto que receberá maior número de ofertas.

Conclui-se pelo apresentado, que o edital possuiu vícios. Tal situação é injustificada e desproporcional, restringindo a competitividade econômica e prejudicando a escolha da melhor proposta, ofendendo ao princípio da competitividade e prejudicando a ampla concorrência, trazendo como consequência prejuízo à Administração.

Posto todo o exposto, requeremos que o edital seja revisado, visando obter a proposta mais vantajosa para a presente licitação, bem como respeitando os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e finalidade da licitação, e que respeite especialmente a legislação vigente.

IV - REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer seja:

- Que se receba a presente impugnação, pois tempestivo;
- Que o presente edital seja corrigido e republicado com as devidas correções, sanando vícios que hoje são cerceadores da ampla concorrência;
- Que, caso indeferido, seja encaminhado para autoridades superiores.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Tijucas/SC, 29 de fevereiro de 2024.

Atenciosamente,



Diego Arend Garcia (RG 1080539982; CPF 000.472.550-64) - Sócio-administrador